

Ribeirão Pires, 01 de julho de 2021.

Referente: - Pregão Eletrônico nº 58/2021.

Processo nº 1747/2021.

Considerando a solicitação de informações enviada pela empresa CDC COMERCIO E DISTRIBUIDORA COTRIM EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 24.924.778/0001-55 localizada na cidade de Barueri, vem-se discorrer o que segue:

A empresa insurge-se em questionamentos acerca de duas formas de exigências contidas na pasta editalícia.

A primeira com relação á cláusula 19.23 – DO CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO – ANEXO XII e a segunda com relação a “DA ESPECIFICIDADE DOS LOTES E ITENS”.

Analisando a primeira questão incitada pelo potencial licitante é importante salientar alguns aspectos que norteiam as aquisições de bens e materiais nos dias atuais, que devem primar pela qualidade, integridade e identidade do produto, seu trânsito, sua distribuição e entrega, configurando o seu perfeito uso pelo usuário consumidor ao final do processo.

A Prefeitura fez a opção pela entrega PONTO a PONTO dos produtos a serem adquiridos pelas Secretarias em função da economicidade gerada, assim como a sua divisão por lotes em linhas similares de alimentos, de forma a organizar a sua logística e recebimento nas unidades indicadas no edital.

É sabido da importância de um transporte adequado, principalmente quando se trata de ALIMENTOS, sejam eles refrigerados, congelados ou não perecíveis. Esta tarefa demanda segurança em todos os sentidos da palavra, ou seja, segurança técnica do alimento, segurança de qualidade do transporte, segurança de entrega na quantidade correta e segurança da informação a disposição do contratante e contratada para a tarefa de fornecimento.

Baseados nisso e diante de pesquisas no mercado de logística e distribuição o município adotou a exigência de que o potencial licitante vencedor tenha a capacidade técnica de realizar ou subcontratar empresa idônea que demonstre esta capacidade de prestação de serviço. Essa característica pressupõe controle desta entrega PONTO a PONTO, com informações em tempo real, para ambas as partes, de forma a facilitar o acesso aos dados e a alimentação do sistema de controle de informações.

Constatou-se existir no mercado várias empresas de logística com esta capacidade, assim como alguns fabricantes – principalmente de produtos perecíveis – que também tem o controle eletrônico de suas entregas, via APPs e documentos fiscais codificados, dando muito mais segurança e facilidade de conferência e localização dos produtos durante este processo de entrega e distribuição.

É importante destacar que hoje em dia, com as tecnologias disponíveis, cada vez mais fica acessível as empresas desenvolver ou mesmo contratar sistemas já disponíveis para este tipo de tarefa e controles. Isto em quase nada encarece a cadeia logística, uma vez que também oferece muito mais controle e segurança para as empresas usuárias desse tipo de sistema, traduzindo-se ao final de economia de custos, evitando perdas de tempo, de quilometragens e de material não entregue no local e momentos corretos.

A preocupação do município é basicamente com a qualidade final da aquisição, mantidas as exigências técnicas dos produtos, quando isso envolve desde o pedido de compra até a sua completa entrega no local designado. Logicamente isso pressupõe a exigência de alguns critérios básicos para esse controle, em linhas gerais, descritos na cláusula 19.23.1, inclusive colocando isso somente para empresas vencedoras até a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tempo perfeitamente plausível para esta providência e demonstração de capacitação.

A nosso ver, tal exigência em nada encarece o serviço de distribuição e entrega para o município, tanto pelo volume contratado, por lotes, o que gera escala ao processo, portanto economia de custos. Como também porque o processo é precedido de orçamento prévio, o que determina limites de valores para a contratação, que serão respeitados pelo município no processo e deverão estar congruentes com o praticado no mercado no momento.

Portanto, não existe nenhum caráter discriminatório na exigência, pelo contrário busca qualidade e boa prestação de fornecimento dos alimentos. A nosso olhar não é dispensável nada que traga economia e qualificação a nenhum processo, principalmente quando busca garantias do cumprimento das obrigações avençadas.

Por fim, como a administração opta por entregas PONTO a PONTO, com o custo deste processo por conta da administração pública, nada mais natural de que – sabendo-se que tais custos estarão embutidos no preço final – é o dever da administração exigir a melhor forma, mais segura e mais adequada para si diante de sua decisão de não mais manter uma central de alimentação e distribuição e todos os custos dela decorrentes.

No que se refere ao segundo ponto da questionante é imperioso trazer ao comento as observâncias técnicas que são necessárias para descrição de alimentos e determinados materiais. Tais descrições tem o sentido real de dizer o que se quer,

colocar parâmetros mínimos de informações ao potencial licitante para que este formule uma adequada proposta de preços e não venha a desatender ao edital justamente pela falta de informações sobre o objeto.

Os produtos objeto do presente edital são, de forma geral, usuais da área de alimentação. Todos eles foram testados na rede escolar, nas unidades das demais secretarias, ao longo do tempo, de forma a se chegar na presente especificação.

Com relação ao exemplo anotado no questionamento pode-se entender como parâmetros mínimos do alimento a ser adquirido, o que é praxe em qualquer edital de licitação deste segmento. A legislação permite determinada variação nestes parâmetros, o que certamente será observado na análise dos mesmos, tanto na sua amostra, como na documentação técnica exigida.

Destaque-se que todas as exigências técnicas dos produtos constantes dos lotes buscam atender ao preconizado na resolução nº 06 de 08 de maio de 2020 do FNDE – Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação, órgão federal mantenedor da alimentação escolar no país. Lá se estabelecem padrões nutricionais mínimos, composição adequada dos alimentos, tais como teores de açúcar, sódio e até mesmo o número de vezes que determinados tipos de alimentos podem ser servidos em cardápios.

Portanto nada há de direcionamento, tampouco discricionariedade, mas observância de padrões mínimos de qualidade e identidade dos alimentos, visto que de nada adiantaria a aquisição de produtos sem a devida qualidade, que de fundo, representa aceitabilidade, rendimento e consumo adequado pelos comensais.

O questionante lista vários lotes e itens, porém não especifica ou demonstra o que há de excessivo na especificação, portanto inviabiliza qualquer tipo de resposta pontual a estes itens. Desta forma se torna vago o tipo de questionamento que faz,

generalizando tudo como “excessivo grau de especificidade”, quando na verdade o que existe no termo de referência é a devida descrição daquilo que se pretende adquirir.

Veja, que tipo de direcionamento pode haver neste sentido, porquanto constata-se a ampla existência de marcas que atendam aos objetos descritos, de forma alguma impedindo a participação de qualquer empresa, seja pelo seu porte ou especialidade de fornecimento.

Para que se exija a revisão de qualquer descritivo de produto deve-se apontar aquilo que precisa ser revisto, o que não foi o caso do questionador, apenas listando uma série de itens e lotes sem a devida particularidade que lhe infrinja a pecha de direcionado ou com excesso de especificação.

Assim, por derradeiro, responde-se a vossa consulta de questionamento e se faz esta devida prestação de informações, dentro daquilo que nos foi possível entender de suas dúvidas ou apontamentos.

Entende-se que o edital atende a todos os quesitos legais que norteiam a legislação de licitações, assim como busca atender os requisitos técnicos mínimos estabelecidos pelos órgãos federais, também aportadores de recursos públicos na presente contratação.

Cordialmente,

Eduardo Monteiro Pacheco

Secretário de Finanças e Administração

- Assinado nos autos.

Rua Miguel Prisco, 288 – Centro
Ribeirão Pires – SP – CEP: 09400-110
Telefone: (11) 4828-9860